

1.ª ALTERAÇÃO À 2.ª REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Avaliação Ambiental Estratégica RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO SUJEIÇÃO AAE

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
março 2026



São Paio de Grammaços

EAF 6

1.^a ALTERAÇÃO À 2.^a REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Relatório de Fundamentação da não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital | março 2026
Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.





ÍNDICE

1. FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO SUJEIÇÃO A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 1ª ALTERAÇÃO DA 2ª REVISÃO DO PPZIOH.....	7
--	---





1. FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO SUJEIÇÃO A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 1ª ALTERAÇÃO DA 2ª REVISÃO DO PPZIOH

A Avaliação Ambiental Estratégica constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho. programas, obrigatório em Portugal.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica das alterações aos planos territoriais importa ter em consideração o n.º 1 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece que *“as pequenas alterações aos programas e aos planos territoriais só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente”*.

“O citado artigo utiliza conceitos indeterminados como “pequenas alterações aos planos territoriais” e “suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente”, cabendo a tarefa de concretização dos mesmos à entidade responsável pela alteração, a qual pode solicitar pareceres às entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (artigo 120.º, n.º 2).”¹

Tendo em consideração a natureza das alterações que se pretendem efetuar, as quais visam, globalmente, apenas assegurar o enquadramento adequado às necessidades das empresas, distribuídas por 6 lotes específicos, abrangendo uma área inferior a **2 hectares**, efetivando em termos de possibilidade de instalação e ampliação das respetivas atividades, conclui-se que as alterações a introduzir no Plano não são suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente, uma vez que não comporta alteração do quadro substantivo das intervenções propostas. Com efeito, não vão existir alterações às condições de realização de projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos.

¹ Termos de Referência – 1ª Alteração à 2ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, fevereiro de 2025



“Estando em causa alterações que, pela sua natureza, não são suscetíveis de comportar efeitos ambientais significativos, importa caracterizá-las tendo em conta os critérios enunciados no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Os critérios que determinam a probabilidade de efeitos significativos no ambiente são os seguintes:

A) Características da alteração do plano tendo em conta:

a) Grau em que a alteração ao plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;

b) Grau em que a alteração ao plano influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;

c) Pertinência da alteração ao plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;

d) Problemas ambientais pertinentes para a alteração do plano;

e) Pertinência da alteração do plano para a implementação da legislação em matéria ambiental.

B) Características dos impactos e da área suscetível de ser afetada, tendo em conta:

a) Probabilidade, duração, frequência e reversibilidade dos efeitos;

b) Natureza cumulativa dos efeitos;

c) Natureza transfronteiriça dos efeitos;

d) Riscos para a saúde humana e para o ambiente, designadamente devido a acidentes;

e) Dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;

f) Valor e vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:

i. Características naturais específicas ou património cultural;

ii. Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;

iii. Utilização intensiva do solo;

g) Efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.

Em termos de caracterização da natureza das alterações em questão e das áreas de intervenção envolvidas, está-se perante uma alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital que não é suscetível de produzir efeitos ambientais significativos, tendo presentes os citados critérios.



Tratando-se substancialmente de uma alteração ao polígono máximo de implantação definido para os lotes em causa, não incidindo em índices construtivos, áreas de implantação e de construção, estas alterações não são suscetíveis de afetação dos critérios relativos às considerações ambientais. Trata-se apenas de dar maior flexibilidade às empresas instaladas e a instalar para efetivarem as construções e ampliações necessárias ao funcionamento adequado das mesmas. Não há qualquer influência desta alteração relativamente outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia, uma vez que não se trata de uma alteração de fundo, mas de opção de desenho e coerência urbana.”²

Quanto à pertinência da presente alteração ao Plano no que respeita à integração de considerações ambientais, nomeadamente no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável, à identificação de eventuais problemas ambientais relevantes e à sua conformidade com a legislação ambiental aplicável, importa referir que a alteração proposta se restringe a 6 lotes, como referido anteriormente, consistindo apenas numa modificação do desenho do polígono de implantação máxima. Mantem-se integradas as considerações ambientais e os princípios de desenvolvimento sustentável já definidos no Plano em vigor.

“Não se verifica, também, a probabilidade, duração, frequência e reversibilidade dos efeitos, riscos para a saúde humana e para o ambiente, pelas mesmas razões. Não estão em causa, por isso, na alteração, características naturais específicas ou de património cultural ou áreas/paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional, que possam ser prejudicadas.

Afigura-se igualmente que a alteração pretendida, porque circunscrita às situações efetivamente concretas, não põe em causa as normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental, nem uma utilização intensiva do solo, aspetos relativos às características dos impactes e da área suscetível de ser afetada. Mantêm-se inalteradas todas as restantes normas do plano.”³

² Termos de Referência – 1ª Alteração à 2ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, fevereiro de 2025

³ Termos de Referência – 1ª Alteração à 2ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, fevereiro de 2025

Nestes termos, ponderados os vários aspetos, as alterações previstas, e considerando os critérios relativos à determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente considera-se que a presente pretensão, referente á 1ª. Alteração da 2ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, pode ser dispensada de avaliação ambiental nos termos do artigo 120.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

lugar do plano

gestão do território e cultura, lda



Avenida Araújo e Silva, 52
3810-048 Aveiro



+351 234 426 985
+351 962 054 106



lugardoplano@lugardoplano.pt



www.lugardoplano.pt